DocuSign Envelope ID: 8E78BDB3-C1E4-4E3A-98A4-3233D3E3E1F

Pravaler S.A.

CNPJ/MF nº 04.531.065/0001-14 (Anteriormente denominada Ideal Invest S.A.)

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação e, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

		Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**NE**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.737	3.060	3.170	3.622
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5	57.949	46.563	228.275	141.337
Ativos financeiros ao custo amortizado - Direitos creditórios	6	-	-	367.900	325.819
Outros créditos diversos	7	29.480	11.270	13.540	12.515
Impostos e contribuições a recuperar	8	33.449	13.086	33.478	13.086
Derivativos	13	-	-	13.502	-
Total do ativo circulante		**122.615**	**73.979**	**659.864**	**496.379**
Não Circulante					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5	-	-	105.874	60.815
Ativos financeiros ao custo amortizado	12	206.979	196.550	1.888	1.365
Ativos financeiros ao custo amortizado - Direitos creditórios	6	-	-	549.102	548.813
Derivativos	13	-	-	25.032	20.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.c	12.363	3.689	12.363	3.689
Investimentos	9	101.411	-	-	-
Imobilizado	10	5.055	4.595	5.096	4.595
Intangível	11	11.862	2.428	137.271	2.428
Ativos de direito de uso	17	2.446	4.737	2.447	4.737
Total do ativo não circulante		340.116	211.999	839.073	646.971
Total do Ativo		**462.731**	**285.978**	**1.498.937**	**1.143.350**

		Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	**NE**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Passivos financeiros ao custo amortizado	12	-	-	342.460	246.945
Derivativos	13	-	-	-	569
Contas a pagar	14	12.527	13.875	23.069	16.205
Empréstimos e financiamentos	15	34.011	-	34.971	-
Valores a pagar de arrendamento	17	766	1.150	1.150	1.150
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	11.485	7.337	13.142	7.337
Bonificações a pagar	28	11.500	2.600	11.500	2.600
Juros sobre capital próprio a pagar	20.e	18.472	7.567	18.472	7.567
Dividendos a pagar	20.e	-	5.204	-	5.204
Total do passivo circulante		**88.761**	**37.733**	**444.764**	**287.577**
Não Circulante					
Passivos financeiros ao custo amortizado	12	-	-	680.547	607.528
Empréstimos e financiamentos	15	46.102	-	46.102	-
Valores a pagar de arrendamento	17	1.882	3.674	1.498	3.674
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	1.884	1.875	1.926	1.875
Total do passivo não circulante		**49.868**	**5.549**	**730.073**	**613.077**
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.a	238.732	124.740	238.732	124.740
Reservas de Capital		28.827	21.891	28.827	21.891
Opções outorgadas reconhecidas	20.f	26.650	19.714	26.650	19.714
Ágio na alienação de ações		2.177	2.177	2.177	2.177
Reservas de Lucros	20.c	84.126	123.503	84.126	123.503
Ações em Tesouraria	20.b	(27.582)	(27.438)	(27.582)	(27.438)
Total do patrimônio líquido		**324.103**	**242.696**	**324.103**	**242.696**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**462.731**	**285.978**	**1.498.938**	**1.143.350**

Demonstrações dos Resultados

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita de prestação de serviços	21	45.187	43.022	46.559	40.649
Custo dos serviços prestados	22	(45.394)	(28.762)	(54.577)	(30.168)
Lucro (Prejuízo) da Prestação de Serviços Bruto		(207)	14.260	(8.018)	10.481
Receitas financeiras	23	108.445	152.770	277.397	254.190
Despesas financeiras	23	(7.227)	(426)	(160.838)	(88.298)
Lucro da Operação Financeira Bruto		101.218	152.344	116.559	165.892
Lucro Bruto		101.011	166.604	108.541	176.373
Despesa de pessoal	24	(75.835)	(47.417)	(84.576)	(47.417)
Despesas gerais e administrativas	25	(34.016)	(35.260)	(50.627)	(43.329)
Equivalência Patrimonial	9	(17.851)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	239	(6.754)	210	(8.454)
Total de Despesas Operacionais		(127.463)	(89.431)	(134.993)	(99.200)
Resultado antes dos Tributos Sobre Lucro		(26.452)	77.173	(26.452)	77.173
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	(23.532)	-	(23.532)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	8.674	82	8.674	82
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(17.778)	53.723	(17.778)	53.723
Quantidade de Ações em Circulação		150.797.434	147.300.183	150.797.434	147.300.183
Lucro (prejuízo) líquido por ação (centavos por ação)		(0,12)	0,36	(0,12)	0,36

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(17.778)	53.723	(17.778)	53.723
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Abrangente do Exercício		**(17.778)**	**53.723**	**(17.778)**	**53.723**

Demonstrações das Mutações dos Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Social	Opções reconhecidas outorgadas	Ágio na alienação de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Reserva de capital		Reserva de lucros				
Saldos em 31/12/2020		123.380	16.030	2.177	6.454	77.348	(24.234)	-	201.155
Aumento de capital	20.a	1.360	-	-	-	-	-	-	1.360
Plano de opções de ações - outorgas	20.f	-	3.684	-	-	-	-	-	3.684
Aquisição de ações próprias	20.b	-	-	-	-	-	(3.204)	-	(3.204)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	53.723	53.723
Reserva legal	20.c	-	-	-	2.686	-	-	(2.686)	-
Reserva de retenção de lucros	20.c	-	-	-	-	37.015	-	(37.015)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	20.e	-	-	-	-	-	-	(14.022)	(14.022)
Saldos em 31/12/2021		124.740	19.714	2.177	9.140	114.363	(27.438)	-	242.696
Aumento de capital	20.a	113.992	-	-	-	-	(82)	-	113.910
Plano de opções de ações - outorgas	20.f	-	6.936	-	-	-	-	-	6.936
Aquisição de ações próprias	20.b	-	-	-	-	-	(62)	-	(62)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(17.778)	(17.778)
Reserva de retenção de lucros (prejuízos)						(17.778)		17.778	-
Juros sobre capital próprio	20.e	-	-	-	-	(21.601)	-	-	(21.601)
Saldos em 31/12/2022		238.732	26.650	2.177	9.140	74.984	(27.582)	-	324.101
Juros sobre capital próprio por ação em 31/12/2022								0,15	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(17.778)	53.723	(17.778)	53.723
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10 e 11	2.609	2.344	2.609	2.344
Perda na alienação de imobilizado, baixa de intangível	10 e 11	18	63	18	63
Baixa de direito de uso	17	-	(60)	-	(60)
Juros empréstimos	15	6.305	-	6.305	
Provisão (reversão) de provisão para demandas judiciais e administrativas	16	8	416	51	416
Participação nos lucros	28	12.670	1.845	12.670	1.845
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	23.532	-	23.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(8.674)	(82)	(8.674)	(82)
Equivalência Patrimonial	9	17.851	-	-	-
Plano de opções de ações	20.f	6.936	3.684	6.936	3.684
Diminuição (Aumento) em Ativos					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5	(11.386)	(6.932)	(131.996)	(20.406)
Ativos financeiros ao custo amortizado	12.a	(10.429)	(41.659)	(523)	114
Direitos creditórios	6	-	-	(42.370)	(46.535)
Derivativos	13	-	-	(18.484)	(20.529)
Impostos a recuperar	8	(17.717)	(398)	(20.392)	(398)
Outros créditos diversos	7	(18.209)	(4.484)	(1.025)	66
(Diminuição) Aumento em Passivos					
Obrigações trabalhistas e tributárias		984	492	984	492
Passivos financeiros ao custo amortizado	12.b	-	-	168.534	69.408
Derivativos	13	-	-	(91)	(35.200)
Participação nos lucros	28	(3.770)	(3.434)	(3.770)	(3.434)
Contas a pagar	14	(1.347)	5.955	6.238	6.511
Imposto de renda e contribuição social pagos	27	-	(23.449)	-	(23.449)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(41.929)	11.556	(40.758)	12.105
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisições do imobilizado	10	(1.587)	(1.788)	(1.587)	(1.788)
Alienação de imobilizado	10	-	1	-	1
Aplicações no intangível	11	(10.247)	(2.372)	(33.432)	(2.372)
Aquisição de empresa	2.5	(16.858)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	2.5	(2.420)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.112)	(4.159)	(35.019)	(4.159)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Arrendamentos	17	(574)	(1.207)	(574)	(1.207)
Empréstimos e financiamentos	15	80.000	-	80.961	-
Juros de empréstimos pagos	15	(6.193)	-	(6.193)	-
Juros sobre capital próprio pagos	20.e	(7.531)	(8.842)	(7.531)	(8.842)
Dividendos a pagar	20.e	(5.203)	-	(5.203)	-
Aumento de capital	20.a	14.008	175	14.008	175
Aquisição de ações em tesouraria	20.b	(143)	(3.204)	(143)	(3.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		74.364	(13.078)	75.325	(13.078)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.323)	(5.681)	(452)	(5.132)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.060	8.741	3.622	8.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.737	3.060	3.170	3.622
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.323)	(5.681)	(452)	(5.132)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: O Pravaler S.A. ("Sociedade") foi constituído em 29 de junho de 2001, com sede localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7.221 - 21º andar - São Paulo - SP. A Sociedade tem como objeto social a gestão e estruturação de fundos de investimento, gestão de contas a pagar e a receber, prestação de serviços de consultoria, intermediação, agenciamento e análise empresarial e financeira relativas a investimentos ligados ao setor da educação e participação em outras sociedades empresárias. A Sociedade trabalha, principalmente, na gestão do programa de Crédito Universitário -Pravaler. Atualmente, é correspondente bancária do Banco AndBank S.A., do Banco Votorantim S.A. e da QI Sociedade de Crédito Direto S.A.. Além disto, a Sociedade atua no desenvolvimento de soluções financeiras para alunos e instituições de ensino superior privado, e na gestão de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) e securitização de recebíveis. Em Março de 2022 o Pravaler adquiriu 100% de participação acionária do Amigo Educador Serviço de internet Ltda. ("Amigo Edu"), uma Sociedade empresária limitada, com sede localizada na cidade de São Paulo. Suas principais atividades são *marketplace* de bolsas de estudo e aplicação de provas digitais, como vestibulares em instituições de ensino superior, por exemplo.

2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores, além dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2023. 2.2. A Declaração de relevância: A Administração declara que, até onde é de seu conhecimento, todas as informações relevantes contidas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade, e foram arredondadas para a R$ mais próxima. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico ou seus valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade leva em consideração as características e práticas de mercado para a mensuração dos valores destes ativos e passivos. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. 2.5. Combinação de negócios - Aquisição Amigo Educador Serviço de internet Ltda. ("Amigo Edu"): Em março de 2022 o Pravaler adquiriu 100% de participação acionária do Amigo Educador Serviço de internet Ltda. ("Amigo Edu"), tendo sido assinado o contrato de compra e venda de ações entre os controladores e fundadores da empresa adquirida e o Pravaler, referente à aquisição pelo Pravaler de 100% da participação societária do Amigo Edu. (a) Contraprestação transferida:

Parcela à vista	16.858
Parcela mediante entrega de ações	99.984
Total da contraprestação	116.842

O valor da aquisição foi de R$ 116.842, sendo uma parcela à vista de R$ 16.858 e R$99.984 mediante entrega de ações do Pravaler, valor que, para que ocorra o pagamento em sua totalidade, depende do atingimento de determinadas metas e resultados dos negócios originados pela transação. No decorrer das atividades do Amigo Edu, o Pravaler efetuou um adiantamento para aumento futuro de capital em abril de 2022 no montante de R$2.420. (b) Mensuração do valor justo: O item "(c)" a seguir, desta nota explicativa, demonstra a contraprestação transferida e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por um consultor independente contrato pela Companhia para suportar a conclusão da Administração. As técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos foram as seguintes, cuja escolha da metodologia aplicada para cada classe de ativo está relacionada com a natureza e função destas na operação do negócio:

Ativo	**Método de avaliação**
Carteira de clientes	Multiperiod excess earnings
Força de trabalho	Custo de reprodução ou substituição
Ativo Intangível - Software	With or Without
Não concorrência	With or Without

• Multi-Period Excess Earnings Model - MPEEM - Este método mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Dos fluxos de caixa futuros atribuíveis diretamente ao ativo são descontados os custo e despesas operacionais e da margem resultante são subtraídos os encargos sobre os ativos contribuintes identificados diretamente relacionados ao ativo em questão (Contributory Charges) para se chegar aos fluxos livres a serem descontados para cálculo do valor presente. *• With or without* - Essa metodologia tem como fundamento o cálculo do fluxo de caixa incremental de um determinado ativo. Para aplicação dessa metodologia compara-se (i) a estimativa do fluxo de caixa utilizando-se o ativo a ser avaliado com (ii) a estimativa do fluxo de caixa sem considerar a utilização do mesmo, sendo o fluxo incremental descontado a valor presente. • Custo de reprodução ou substituição - Essa metodologia tem como fundamento a estimativa do custo de substituição do ativo em questão por um novo (aquisição ou reconstrução), ajustada para refletir as perdas de valor resultantes da deterioração física e da obsolescência funcional e econômica do referido ativo. • As informações obtidas sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição podem resultar em ajustes na alocação de ativos identificáveis, passivos assumidos e ágio e é a melhor estimativa possível. Esta análise foi concluída dentro do prazo máximo de 12 meses a partir da data da aquisição. Dentre os ativos avaliados, somente o software do Amigo Edu apresentou materialidade alta na mensuração do valor justo de aquisição. (c) Ágio e mensuração efetuada em bases provisórias: A tabela a seguir demonstra a contraprestação transferida e os valores justos, em base provisória, dos ativos e passivos na data de aquisição, obtidos em laudo técnico elaborado por consultores independentes contratados pela Companhia para embasar a conclusão da Administração.

	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Contraprestação transferida (1)	**116.842**
Ativos adquiridos a valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.590
Contas a receber de clientes	308
Créditos tributários e previdenciários	4
Outros ativos	441
Intangível - Software	59.682
	63.025
Total dos ativos adquiridos a valor justo	
Passivos assumidos a valor justo	
Fornecedores	4.616
Obrigações trabalhistas	1.262
Obrigações tributárias	454
Resultado diferido	2.511
Partes relacionadas	3.050
Outros passivos	18
Total dos passivos assumidos a valor justo	**11.911**
Ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo (2)	**51.114**
Total do ágio (1) - (2)	**65.728**

Estima-se que os valores referentes ao ágio e mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de seu Grupo Econômico. Desde a data da aquisição, março de 2022, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Amigo Edu contribuiu para a Companhia com receitas líquidas consolidadas de R$5.301 e um prejuízo líquido de R$17.851. 2.6. Principais políticas contábeis: (i) Normas e interpretações contábeis novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou os CPCs/IFRS novos e revisados a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis (incluímos abaixo os novos CPCs que no julgamento da Administração podem estar relacionados as operações da Sociedade):

IFRS 17 - Contratos de Seguro	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17, postergando a data de adoção inicial da IFRS 17 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	As Melhorias Anuais incluem alterações em três normas. IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. IFRS 16 - Arrendamentos: Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros. (ii) Apuração do resultado: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. Reconhecimento de receita: As principais fontes de receita da Sociedade estão descritas a seguir: • Comissão paga pelas instituições de ensino: valores reconhecidos na rubrica "Rendas com taxas de gestão - Pravaler". • Receitas provenientes de taxa de gestão e cobrança devidos pelos FIDCs e pela Securitizadora, cujas carteiras de crédito são geridas pela Sociedade: valores reconhecidos na rubrica "Taxa de gestão e cobrança". • Resultado financeiro das aplicações em cotas subordinadas dos FIDCs e debêntures de 2ª série da Securitizadora. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Sociedade espera receber em um contrato com o cliente. a) Comissão paga pelas instituições de ensino que estão no programa Pravaler: As instituições de ensino pagam um valor, definido em contrato, que pode ser fixo ou um percentual, sobre o volume de financiamentos estudantis gerados pela Sociedade para cada uma das instituições de ensino que estão no programa Pravaler. Dessa forma, as receitas são reconhecidas à medida que tais financiamentos são realizados. Caso ocorra o cancelamento do financiamento por parte do aluno por motivo de evasão, a comissão recebida pela Sociedade é devolvida às instituições de ensino, proporcionalmente ao tempo da data do cancelamento e a data de vencimento do contrato de financiamento. b) Taxa de gestão e cobrança: São calculadas de acordo com um percentual definido em contrato aplicado sobre o patrimônio líquido dos FIDCs que são geridos pela Sociedade, sendo a receita reconhecida a medida em que ocorre a prestação dos respectivos serviços. Em 31 de dezembro de 2022, o Pravaler era gestor das carteiras de crédito dos FIDCs "Crédito Universitário", "Crédito Universitário II" e "Crédito Universitário III" e da Securitizadora. c) Comissão paga pelas instituições de ensino pela venda de bolsas estudantis pelo *marketplace*: Através do *marketplace* de bolsas estudantis, as instituições de ensino disponibilizam um determinado número de bolsas para que o Pravaler atue como agente de captação. Com isso, o Pravaler é remunerado por intermediar a relação entre o aluno e a instituição de ensino. d) Aplicação de provas digitais: O Pravaler é remunerado pela aplicação de provas digitais para instituições de ensino e outras entidades, com diversas modalidades de produtos ofertados que podem incluir o monitoramento da aplicação das provas, correção e auxílio na elaboração do conteúdo das avaliações. (iii) Combinação de negócios: A participação do Pravaler nos lucros ou prejuízos de suas entidades controladas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas entidades controladas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. (iv) Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, podendo ainda incluir aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Sociedade. O vencimento é de curto prazo, sendo entre três meses ou menos - vide nota explicativa nº 4. (v) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade quando esta for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Sociedade reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Sociedade reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável. Aplicação em fundos de investimento em direitos creditórios: As aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios são mensuradas pelo valor das cotas informado pelo administrador dos fundos. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente: • Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Sociedade designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial. • Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada "descasamento contábil") que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas

DocuSign Envelope ID: 8E78BDB3-C1E4-4E3A-98A4-3233D3E3E1F

Continuação...

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercício Findo em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de passivo financeiro a custo amortizado é a soma do patrimônio líquido do FIDC I, FIDC II e das debêntures da Securitizadora, deduzidos os valores aplicados pela Sociedade nestes ativos financeiros ao custo amortizado. Pelas características das cotas do FIDC III detidas pela Sociedade, uma vez que estas não detêm majoritariamente as cotas subordinadas do FIDC, não concentrando a parte substancial dos seus riscos e benefícios, seu passivo financeiro ao custo amortizado não é consolidado. A remuneração dos cotistas seniores e dos debenturistas de 1ª série é baseada no benchmark dos FIDCs e das debêntures emitidas, definidos no suplemento das respectivas cotas e debêntures e poderá ser complementada pelas cotas subordinadas e debêntures de 2ª série, até o limite destas, sendo vedada a promessa de rendimento predeterminado aos cotistas e debenturistas. A classificação entre os "Passivos circulantes" e "Passivos não circulantes" reflete o cronograma de amortização das cotas e vencimento das debêntures. **I. Cotas Seniores - FIDC Crédito Universitário:** Representa o saldo das cotas seniores emitidas pelo FIDC Crédito Universitário, objeto de distribuição restrita nos termos da instrução CVM nº 476/09, com prioridade de amortização e resgate em relação às cotas subordinadas. Características e valorização das cotas: As cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das cotas seniores. i. Cotas seniores 22ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 0,85% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 6 de maio de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real) e valor este válido para a data da 1ª integralização. ii. Cotas seniores 23ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 1,70% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 8 de janeiro de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. iii. Cotas seniores 24ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 4,80% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 27 de julho de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. iv. Cotas seniores 25ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a IPCA + 5,69% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de março de 2026. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. v. Cotas seniores 26ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 3,30% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2028. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. vi. Cotas seniores 27ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 2,90% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. vii. Cotas seniores 28ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 3,25% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2029. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. viii. Cotas seniores 29ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 2,10% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. ix. Cotas seniores 30ª série - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente a CDI + 3,00% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2032. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. x. Cotas mezanino C - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,00% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 29 de março de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xi. Cotas mezanino D - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,25% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 07 de janeiro de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xii. Cotas mezanino E - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 6,50% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 24 de julho de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xiii. Cotas mezanino F - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 5,50% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de março de 2026. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xiv. Cotas mezanino G - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 4,55% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2025. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xv. Cotas mezanino H - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 4,50% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2029. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. xvi. Cotas mezanino I - São aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 4,15% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1,00 (um real), valor este válido para a data da 1ª integralização. II. Cotas Seniores - FIDC Crédito Universitário II: Representa o saldo das cotas seniores emitidas pelo FIDC Crédito Universitário II, objeto de distribuição restrita nos termos da instrução CVM nº 476/09, com prioridade de amortização e resgate em relação às cotas subordinadas. Características e valorização das cotas: As cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das cotas seniores. i. Cotas seniores 4ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 1,65% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 15 de março de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. ii. Cotas seniores 5ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 1,70% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 28 de fevereiro de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. iii. Cotas seniores 6ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,30% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2026. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. iv. Cotas seniores 7ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 2,40% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2025. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. v. Cotas seniores 8ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 2,90% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2028. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. vi. Cotas seniores 9ª série: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 2,70% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2028. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. vii. Cotas mezanino B: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,00% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de março de 2024. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. viii. Cotas mezanino C: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,25% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 28 de fevereiro de 2027. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. ix. Cotas mezanino D: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 5,50% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de janeiro de 2026. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. x. Cotas mezanino E: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 3,65% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2026. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. xi. Cotas mezanino F: são aquelas que possuem uma rentabilidade alvo, correspondente ao CDI acrescido de 4,15% ao ano. O prazo de duração das cotas é até 31 de agosto de 2028. O valor de emissão de cada cota foi de R$1 (mil reais), valor este válido para a data da 1ª integralização. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração das cotas seniores e mezanino está assim composta: Cotas Seniores e Mezanino - FIDC Crédito Universitário:

Cotistas	Quantidade (mil)	Saldo a resgatar	Rentabilidade alvo	Vencimento (*)
Mezanino C	15.000	4.720	CDI + 3,00%	29/03/2024
22ª série	300.000	106.884	CDI + 0,85%	06/05/2024
Mezanino D	6.000	4.112	CDI + 3,25%	07/01/2027
23ª série	120.000	82.184	CDI + 1,70%	08/01/2027
Mezanino E	2.000	1.064	CDI + 6,50%	24/07/2024
24ª série	84.000	44.673	CDI + 4,80%	27/07/2024
25ª série	130.000	105.835	IPCA + 5,69%	31/03/2026
Mezanino F	7.000	5.733	CDI + 5,50%	31/03/2026
26ª série	125.000	111.892	CDI + 3,30%	31/08/2025
Mezanino G	8.000	7.165	CDI + 4,55%	31/08/2025
27ª série	110.000	110.754	CDI + 2,90%	31/01/2027
Mezanino H	15.000	15.113	CDI + 4,50%	31/01/2029
28ª série	20.000	20.140	CDI + 3,20%	31/01/2029
Mezanino I	30.000	30.222	CDI + 4,15%	31/08/2027
29ª série	150.000	150.977	CDI + 2,10%	31/08/2027
30ª série	10.000	10.069	CDI + 3,00%	31/08/2032
	1.132.000	811.537		
Cotas Seniores e Mezanino - FIDC Crédito Universitário II				
4ª série	50.000	15.724	CDI + 1,65%	15/03/2024
5ª série	30.000	20.546	CDI + 1,70%	28/02/2027
6ª série	40.000	33.567	CDI + 3,30%	31/01/2026
Mezanino B	2.000	629	CDI + 3,00%	31/03/2024
7ª série	40.000	36.910	CDI + 2,40%	31/08/2025
Mezanino C	1.500	1.028	CDI + 3,25%	28/02/2027
Mezanino D	2.000	1.621	CDI + 5,50%	31/01/2026
8ª série	50.000	50.343	CDI + 2,90%	17/01/2028
9ª série	40.000	40.272	CDI + 2,70%	15/08/2028
Mezanino E	3.000	2.770	CDI + 3,65%	31/08/2026
Mezanino F	8.000	8.059	CDI + 4,15%	31/08/2028
	266.500	211.469		
	1.424.136	1.023.007		
Circulante		342.460		
Não circulante		680.547		

Os vencimentos e condições de remuneração das Cotas Seniores e Mezanino do FIDC Crédito Universitário III não estão sendo aqui apresentadas pois, dado as suas características, este FIDC não é consolidado nas demonstrações financeiras da Sociedade em função da não transferência substancial de riscos e benefícios. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração das cotas seniores e mezanino está assim composta:
Cotas Seniores e Mezanino - FIDC Crédito Universitário:

Cotistas	Quantidade (mil)	Saldo a resgatar	Rentabilidade alvo	Vencimento (*)
15ª série	21.316	-	CDI + 3,30%	15/03/2021
16ª série	100.000	-	CDI + 3,30%	15/09/2020
Mezanino VI	35.045	-	CDI + 6,00%	15/03/2021
17ª série	62.200	-	CDI + 3,20%	31/03/2021
18ª série	87.800	5.528	IPCA + 9,06%	31/03/2022
19ª série	154.364	-	CDI + 2,20%	30/12/2021
20ª série	25.636	6.452	IPCA + 7,36%	30/12/2022
Mezanino B	15.000	2.520	CDI + 3,50%	31/05/2022
21ª série	185.000	31.048	CDI + 2,00%	31/05/2022
Mezanino C	15.000	8.485	CDI + 3,00%	30/04/2024
22ª série	300.000	182.081	CDI + 0,85%	30/04/2024
Mezanino D	6.000	5.112	CDI + 3,25%	31/12/2026
23ª série	120.000	102.173	CDI + 1,70%	31/12/2026
Mezanino E	2.000	1.735	CDI + 3,00%	31/07/2024
24ª série	84.000	72.798	CDI + 4,80%	31/07/2024
25ª série	130.000	130.764	IPCA + 5,69%	31/03/2026
Mezanino F	7.000	7.047	CDI + 5,50%	31/03/2026
26ª série	125.000	125.716	CDI + 3,30%	31/08/2028
Mezanino G	8.000	8.050	CDI + 4,55%	31/08/2025
	1.483.361	689.509		
Cotas Seniores e Mezanino - FIDC Crédito Universitário II				
1ª série	20.000	-	CDI + 2,70%	31/03/2021
2ª série	20.000	-	CDI + 2,63%	30/11/2021
3ª série	35.000	6.347	CDI + 2,15%	30/06/2022
Mezanino	5.000	-	CDI + 4,00%	30/11/2021
4ª série	50.000	28.265	CDI + 1,65%	31/03/2024
Mezanino B	2.000	1.131	CDI + 3,00%	31/03/2024
Mezanino C	1.500	1.278	CDI + 3,25%	28/02/2027
5ª série	30.000	25.543	CDI + 1,70%	28/02/2027
6ª série	40.000	40.229	CDI + 3,30%	31/01/2026
Mezanino D	2.000	2.013	CDI + 5,50%	31/01/2026
7ª série	40.000	40.213	CDI + 2,40%	31/08/2025
Mezanino E	3.000	3.019	CDI + 3,65%	31/08/2026
	248.500	148.038		
Debêntures de 1ª série	16	16.926	CDI	16/06/2027
	1.731.877	854.473		
Circulante		246.945		
Não circulante		607.528		

13. Derivativos:

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Diferencial de "swap" a receber (a)	38.534	19.960

(a) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, avaliados a mercado (Nível 3 de avaliação do valor justo). "Swap": Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade, em suas demonstrações financeiras consolidadas, mantinha contratos de swap com valor nocional de R$515.897 (R$705.090 em 2021), que prevê que a Sociedade receba taxa de juros média fixa de 7,96% (6,65% em 2021) e pague 100% CDI sobre o valor nocional. O "swap" está sendo utilizado como "hedge econômico" da exposição às variações do CDI que podem sofrer impactos no resultado da carteira de direitos creditórios, já que esta é pré-fixada e as cotas seniores são pós fixadas.

Indexadores (receber x pagar)	Vencimento	2022 Valor de referência	2022 Valor a receber	2022 Valor a pagar	2022 Diferencial líquido	2021 Valor de referência	2021 Valor a receber	2021 Valor a pagar	2021 Diferencial líquido
Diferencial a receber									
CDI x Pre	Até 1 ano	220.636	258.745	245.216	13.529	162.956	169.458	165.738	3.720
CDI x Pre	Após 1 ano	258.482	291.480	265.996	25.484	355.344	372.078	350.388	21.690
Diferencial a pagar									
CDI x Pre	Até 1 ano	20.392	21.519	21.545	(26)	139.950	151.347	155.636	(4.289)
CDI x Pre	Após 1 ano	16.387	16.639	17.091	(453)	46.840	47.393	48.554	(1.161)
Total		515.897	588.383	549.848	38.534	705.090	740.276	720.316	19.960
Circulante					13.502				(569)
Não circulante					25.032				20.529

Os ganhos (líquidos das perdas) com instrumentos financeiros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R$17.630 e, em 31 de dezembro de 2021, os ganhos (líquidos das perdas) foram de R$41.049 referente às operações com "swap" (nota explicativa nº 23).

14. Contas a Pagar:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores	5.455	3.002	14.310	4.030
Repasses para instituições de ensino (a)	7.072	9.023	7.073	9.023
Rebates (b)	-	1.850	-	1.850
Taxa de gestão e cobrança	-	-	835	445
Controladoria e custódia	-	-	239	168
Taxa de administração	-	-	193	172
Outras	-	-	419	517
	12.527	13.875	23.069	16.205

(a) Saldo a repassar para instituições de ensino provenientes da modalidade "Gestão" do programa de financiamento estudantil promovido pela Sociedade. Nesta modalidade, os pagamentos dos alunos do programa enquadrados nesta modalidade são recebidos pela Sociedade e repassados para as instituições de ensino, líquidos da comissão pela prestação do serviço. (b) Valor previsto em contrato como compromisso da Sociedade em subsidiar campanhas publicitárias envolvendo o Pravaler e determinadas instituições de ensino. A obrigação é um percentual do valor do repasse feito a estas instituições de ensino. Esta prática foi descontinuada no decorrer do exercício, não restando saldos residuais a pagar em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2022.

15. Empréstimos e Financiamentos:

Instituição Financeira	Contratação	Encargos	Vencimento	2022	2021
BV - Capital de giro	02/06/2022	Tx DI + 4,15% a.a.	03/06/2024	21.919	-
Itaú - Debentures	30/06/2022	Tx DI + 3,00% a.a.	30/06/2025	58.194	-
				80.113	-
			Curto prazo	34.011	-
			Longo prazo	46.102	-

O total de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$6.193 (R$ 0 em 2021).

Ano	Amortização
2023	34.011
2024	33.171
2025	12.932
	80.113

16. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas: A Sociedade é parte integrante de processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível decorrente de discussões relacionadas com a atividade de gestão do programa do Pravaler, além de processos trabalhistas e demandas fiscais. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para os processos com probabilidade de perda provável, para fazer face a eventuais perdas em montante considerado suficiente pela Administração.

Movimentação das provisões	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais (*) Outras	Total
Saldo no início do exercício 2020	1.251	10	198	1.459
Reversões no exercício	(207)	(33)	-	(240)
Adições no exercício	296	360	-	656
Saldo no final do exercício 2021	1.340	337	198	1.875
Saldo no início do exercício 2021	1.340	337	198	1.875
Reversões no exercício	(460)	(108)	-	(567)
Adições no exercício	570	6	-	576
Saldo no final do exercício 2022	1.450	235	198	1.884

(*) Refere-se, principalmente, a provisão de IPTU da Sociedade pelo contrato de locação de sua antiga sede, vigente até janeiro de 2016. Por impedimento do proprietário emitir as guias durante o período em que o contrato ficou ativo, a Sociedade firmou compromisso de efetuar os pagamentos à medida que as guias do IPTU devido fossem emitidas pela prefeitura de São Paulo. Provisões cíveis referem-se principalmente a litígios relacionados a demandas de créditos não concedidos a estudantes que se inscreveram no Pravaler, inclusão indevida de contratantes no sistema de proteção de crédito, cobranças indevidas e taxas praticadas no programa de financiamento estudantil. A Sociedade espera que as saídas de recursos para quitação das ações ocorram em até dois anos. Todos os casos são decorrentes do curso normal de operação da Sociedade. As reversões no montante de R$461 são provenientes, principalmente, de acordos firmados das ações discutidas em juizado. O saldo remanescente de R$1.450 a entidade espera liquidar em até dois anos. Provisões trabalhistas referem-se a litígios de ex-colaboradores do teleatendimento, pontos de venda físicos e pleito de ex-funcionários de equivalência da atividade exercida na Sociedade a categoria de bancário. As reversões no montante de R$108 são provenientes, principalmente, de êxito das ações discutidas em juizado. O saldo remanescente de R$235 a entidade espera liquidar em até dois anos. Ações judiciais classificadas com probabilidade de perda possível: A Sociedade possui ações judiciais de natureza cível no montante de R$760 (R$ 733 em 2021). Essas ações estão relacionadas a demandas revisionais de contratos estudantis que são obtidos pelos estudantes através do programa de financiamento Pravaler, das quais devido sua probabilidade de perda possível não se encontram provisionadas. A Sociedade não possui ações judiciais de natureza trabalhista neste exercício classificadas com probabilidade de perda possível (R$ 22 em 2021). Não existem causas de natureza fiscais classificadas com probabilidade de perda possível.

17. Arrendamento: A) Ativos de direito de uso:

Controladora	Edificações
31 de dezembro de 2020	9.715
Baixas (a)	(3.290)
Ajuste de remensuração	(733)
Despesa de amortização no exercício	(955)
31 de dezembro de 2021	4.737
Ajuste de remensuração	(1.603)
Despesa de amortização no exercício	(688)
31 de dezembro de 2022	2.446

(a) A Sociedade arrendava, até 2020, dois andares do edifício onde está localizada sua sede. Em 2021, a Sociedade efetuou a devolução de um dos andares, gerando a baixa de R$3.290, com impacto em receita de R$60 no exercício. O prazo do arrendamento é de oito anos e teve início em junho de 2019 com vencimento em maio de 2027. A carência destes contratos foi de 6 meses, com início do pagamento das contraprestações em janeiro de 2020. Não houve adição de ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Valores a pagar de arrendamento:

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Em até 1 ano	1.442	1.289
De 2 a 3 anos	1.442	1.289
De 3 a 4 anos	1.442	1.289
De 4 a 5 anos	1.442	1.289
Mais de 5 anos	602	1.826
	6.370	6.982
Juros a apropriar	(3.722)	(2.158)
	2.648	4.824
Circulante	766	1.150
Não circulante	1.882	3.674

A Sociedade não está sujeita a um risco de liquidez significativo com relação aos seus passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são monitorados pela área de Controladoria da Sociedade.

c) Movimentação dos valores a pagar de arrendamento:

Controladora	R$
31 de dezembro de 2020	10.055
Baixas	(3.290)
Ajuste de remensuração	(733)
Contraprestações pagas	(1.385)
Juros apropriados	177
31 de dezembro de 2021	4.824
Baixas	-
Ajuste de remensuração	(1.603)
Contraprestações pagas	(1.378)
Juros apropriados	804
31 de dezembro de 2022	2.648

d) Valores reconhecidos no resultado:

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Receita com baixa de contrato	-	60
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	(687)	(955)
Despesas com juros de passivos de arrendamento	(804)	(177)
	(1.492)	(1.072)

O prazo de depreciação dos ativos de direito de uso segue o vencimento dos contratos em 31/05/2027. e) Outras informações: Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía passivo circulante de R$766 relativos aos pagamentos de arrendamentos de curto prazo (R$1.150 em 2022). Os pagamentos de arrendamento efetuados neste exercício foram de R$1.378 (R$ 1.271 em 2021). A previsão de pagamentos mensais médios nos próximos oito anos é de R$120 (R$107 em 2021). Está demonstrado, a seguir, o fluxo das saídas futuras de caixa relacionadas aos contratos de arrendamentos vigentes, considerando a comparação entre os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de captação da Sociedade no sistema bancário (1,29% a.m.) e a inflação projetada para o período do contrato (IGP-M, 5,95% a.a.). O resultado desta análise para fins meramente comparativos mostra a potencial inflação não incorporada na atual contraprestação dos contratos vigentes.

Controladora	2023	2024	2025	Até 2027
Saldo inicial	4.094	3.074	2.110	1.201
Despesa financeira	275	331	386	634
Contraprestação do arrendamento principal	(765)	(656)	(563)	(663)
Contraprestação do arrendamento juros	(677)	(786)	(879)	(1.380)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	147	147	147	208
Saldo final	3.074	2.110	1.201	-

18. Obrigações trabalhistas e tributárias:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Salários e ordenados	4.795	3.828	4.795	3.828
Encargos trabalhistas e previdenciários	4.867	2.450	5.861	2.450
PIS e COFINS	696	447	887	447
IR e CS retidos na fonte	960	435	1.098	435
Imposto de renda e contribuição social	-	-	228	-
ISS	167	177	273	177
	11.485	7.337	13.142	7.337

19. Seguros: A Sociedade mantém seguro predial para sua sede, bem como para responsabilidade civil. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor segurado	Prêmio anual de seguro	Vigência
Seguro predial	8.032	5	18/10/2023
Responsabilidade civil	5.000	25	08/01/2023

20. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, era de R$238.732 (R$124.740 em 2021), composto pelas ações, sem valor nominal, relacionadas a seguir:

	Quantidade de ações 2022	Quantidade de ações 2021
Ações ordinárias no país	86.680.614	84.823.684
Ações ordinárias no exterior	17.768.881	17.589.632
Ações preferenciais no país	39.932.846	38.536.488
Ações preferenciais no exterior	6.415.093	6.350.379
Total das ações em circulação	150.797.434	147.300.183
Ações preferenciais em tesouraria	3.171.193	3.154.321
Ações ordinárias em tesouraria	2.389.741	2.389.741
Total das ações	156.358.368	152.844.245

Em 27 de março de 2022, houve aumento de capital social mediante a emissão de 41.799 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$99.984, aumentando o capital social para R$224.724. Em 27 de abril de 2022, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal, via exercício de opções, sendo 945.910 ações ordinárias e de 58.400 ações preferenciais, no valor total de R$1.250, referentes a aumento de capital via plano de opções utilizando a PLR ou recursos próprios, aumentando o capital social para R$225.974. Em 27 de abril de 2022, houve aumento de capital mediante a emissão de 1.043.655 novas ações ordinárias e 457.423 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$12.758, aumentando o capital social para R$238.732. Em 31 de julho de 2022, houve a emissão de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo exercício dos bônus de subscrição da aquisição do Amigo Edu em 27 de março de 2022, sendo 950.064 ações preferenciais emitidas em face dos sócios fundadores do Amigo Edu. Com essa emissão, não houve aumento de capital social, mantendo o valor de R$238.732. Em 24 de março de 2021, houve aumento de capital social mediante a emissão de 290.221 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$721, aumentando o capital social para R$124.101. Em 23 de abril de 2021, houve aumento de capital com efeito de caixa mediante a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal, via exercício de opções, sendo 127.901 ações ordinárias e de 8.400 ações preferenciais, no valor total de R$175, referentes a aumento de capital via plano de opções utilizando a PLR, aumentando o capital social para R$124.276. Em 28 de abril de 2021, houve aumento de capital social mediante a emissão de 153.083 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$464, aumentando o capital social para R$124.740. As ações ordinárias possuem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição dos dividendos. Conforme o seu estatuto social, a Sociedade está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 23.301.198 novas ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração decidir sobre a emissão do bônus de subscrição ou opções de compra ou opções de compra e concessão de ações (conforme plano de incentivos de longo prazo da Sociedade). b) Ações em tesouraria: Em 23 de setembro de 2022, a Sociedade efetuou a recompra de 16.872 ações preferenciais no valor total de R$143. Em 30 de abril de 2021, a Sociedade efetuou a recompra de 556.168 ações preferenciais no valor total de R$3.204. c) Reserva legal/ retenção de lucros/ lucros (prejuízos) acumulados: A reserva legal é constituída, anualmente, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em decorrência do prejuízo contábil do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve constituição de reserva legal neste exercício (R$2.686 em 2021), totalizando o saldo de R$9.140 em 31 de dezembro de 2022 (R$9.140 em 2021). A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e não distribuídos ou destinados, visando atender o plano de desenvolvimento de negócios da Sociedade, em linha com o orçamento de capital proposto pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. O prejuízo contábil de (R$17.778) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi absorvido pela reserva de retenção de lucros neste exercício (R$37.015 em 2021) que, junto à deliberação de juros sobre capital próprio do exercício (R$21.601), totalizaram o saldo de R$74.984 em 31 de dezembro de 2022 (R$114.363 em 2021). d) Ajustes e avaliações patrimoniais: A Sociedade não manteve instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente, portanto, não apurou ajustes a valor de mercado em suas demonstrações financeiras de 2021 e de 2020. e) Juros sobre capital próprio e dividendos: O Estatuto Social da Sociedade assegura aos acionistas o direito de pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio até o limite da dedutibilidade prevista em lei. Os juros sobre capital próprio a título de remuneração do capital próprio, foram calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, condicionado à existência de lucros, auferidos antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros e lucros acumulados. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios conforme estabelecido no regulamento da Sociedade é de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme estabelece a Lei das S.A. Os valores deliberados relativos aos juros sobre capital próprio foram de R$21.574 (R$8.818 em 2021), sendo de IR retido na fonte de R$3.151 (R$1.287 em 2021). Os juros sobre o capital próprio referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O prazo máximo para pagamento é definido na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2023. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor deliberado para pagamento de juros sobre capital próprio será no valor de R$21.601 (R$5.204 em 2021), conforme previsto no estatuto da Companhia. O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, será imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, caso aplicáveis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pelo seu valor líquido, conforme quadro a seguir:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(17.778)	53.723
Apropriação à reserva legal	-	(2.686)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	(17.778)	50.937
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	-	12.734
Juros sobre capital próprio aprovados, líquido de impostos Imputados aos dividendos mínimos obrigatórios (b)	18.423	7.531
Total da distribuição por ação (em centavos)	0,15	0,06

(a) O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios conforme estabelecido no regulamento da Sociedade é de 25% do lucro líquido ajustado. (b) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de juros sobre capital próprio a pagar de R$ 18.472 (R$7.567 em 2021) incluía o saldo de R$49 a pagar para acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$36 em 2021). f) Reserva de capital: Plano de opção de compra de ações: O

DocuSign Envelope ID: 8E78BDB3-C1E4-4E3A-98A4-3233D3E3E1F1

Continuação...

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ções financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luís Teixeira Santos - Contador CRC 1PR050377/O-6

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 22/03/2023 | 18:21:32 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*